



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde de Minas Gerais Ltda., na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB CREDICOM completou 26 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB CREDICOM obteve um resultado líquido de R\$ 49.730 mil representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 13,51%. Desse montante, R\$ 14.651 mil foram destinados ao pagamento de juros ao capital social integralizado pelos cooperados.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 1.528.111 mil. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 988.448 mil.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída (em mil):

Empréstimos.....	R\$	920.501	93,13%
Financiamentos.....	R\$	62.275	6,30%
Títulos Descontados.....	R\$	5.672	0,57%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 39,95% da carteira, no montante de R\$ 394.852 mil.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 2.111.668 mil, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 15,51%.

As captações encontravam-se assim distribuídas (em mil):

Depósitos à Vista.....	R\$	331.069	93,13%
Depósitos a prazo.....	R\$	1.780.599	84,33%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 12,14% da captação, no montante de R\$ 256.410 mil.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICOM em 31/12/2018 era de R\$ 340.332 mil. O quadro de associados era composto por 52.308 Cooperados, havendo um acréscimo de 9,09% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomar, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos conforme definido em política de crédito devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e validada pelo Banco Central do Brasil, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICOM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos

associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados (no nosso caso representados pelos Delegados Eleitos), o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui uma estrutura de Controles Internos, composta por um gerente e cinco analistas e um assistente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, com muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Código de Conduta, e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, sendo que o atual conselho foi eleito na AGO de abril/2018, com mandato até a homologação da AGO de 2019 pelo Banco Central do Brasil, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICOM aderiram, por meio de compromisso firmado e registrado digitalmente, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, o Agente de Apoio do SICOOB CREDICOM registrou 93 (noventa e três) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das 93 reclamações, 45 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabeleça a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG), 28 de janeiro de 2019.

Diretoria Executiva

Dra. Cátia Costa Carvalho Rabelo - Diretora Administrativa
Dr. Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo - Diretor Financeiro
Dr. Josemar de Almeida Moura - Diretor Comercial
Dr. Paulo César Gomes Guerra - Diretor de Expansão

Conselho de Administração

Dr. Garibaldi Mortozzo Júnior - Presidente
Dr. João Augusto Oliveira Fernandes -Vice Presidente

Dr. Cecil Bruno Buldrini Filogonio
Dr. Eduardo Antônio Vilça Duarte
Dr. Elson Correa de Melo

Dr. Guilherme Lacerda de Almeida
Dr. João Tadeu Leite dos Reis

Dra. Maria Inês de Miranda Lima
Dr. Osvaldo Cruz Júnior
Dr. Rômulo Augusto Pinheiro

Dr. Victor Hugo Lisboa Lopes Rodrigues

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	P A S S I V O	31/12/2018	31/12/2017
	1.877.556	1.633.907		2.186.136	1.866.588
Circulante			Circulante		
Disponibilidades (Nota 4)	8.744	7.759	Depósitos (Nota 13)	2.111.656	1.828.100
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	1.047	493	Depósito à Vista	331.069	290.287
Relações Interfinanceiras (Nota 6)	1.528.111	1.373.199	Depósito Sob Aviso	33.395	35.336
Operações de Crédito (Nota 7)	320.728	241.248	Depósito a Prazo	1.747.192	1.502.476
Outros Créditos (Nota 8)	15.611	10.405	Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio (Nota 14)	30.016	271
Outros Valores e Bens (Nota 9)	3.314	802	Relações Interdependências (Nota 15)	7.558	10.537
Não Circulante	689.772	550.302	Outras Obrigações (Nota 16)	36.905	27.680
Realizável a Longo Prazo	644.642	515.478	Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados (Nota 16.3)	481	288
Operações de Crédito (Nota 7)	631.175	502.586	Sociais e Estatutárias (Nota 16.1)	20.103	13.507
Outros Créditos (Nota 8)	12.629	12.136	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.2)	2.052	1.965
Outros Valores e Bens (Nota 9)	838	756	Diversas (Nota 16.3)	14.270	11.920
Permanente	45.131	34.824	Não Circulante	13.066	12.581
Investimentos (Nota 10)	36.324	27.031	Exigível a Longo Prazo	12	-
Imobilizado em Uso (Nota 11)	8.232	7.315	Depósito a Prazo (Nota 13)	13.054	12.581
Intangível (Nota 12)	574	479	Diversas (Nota 16.3)	368.126	305.040
TOTAL	2.567.328	2.184.209	Patrimônio Líquido (Nota 18)	261.287	208.128
			Capital Social	23.560	19.433
			Reserva de Sobras	83.278	77.479
			Sobras Acumuladas	2.567.328	2.184.209
			TOTAL	2.567.328	2.184.209

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em Milhares de Reais)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Expansão	Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2016	156.873	(120)	15.718	-	67.937	240.408
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reservas				45.900	(45.900)	-
Ao Capital	21.867				(21.867)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(170)	(170)
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	19.635	(282)				19.353
Por Devolução (-)	(4.987)					(4.987)
Reversões de Reservas				(45.900)	45.900	-
Estorno Capital Subscrito						(1.200)
Sobras ou Perdas Líquidas	(1.200)				55.375	55.375
Provisão do Juros ao Capital					(16.788)	(16.788)
Subscrição dos Juros ao Capital	16.635				16.635	(294)
IRRF sobre Juros ao Capital	(294)					(1.436)
FATES - Atos Não Cooperativos						(1.436)
Destinação das Sobras ou Perdas:						-
- Fundo de Reserva			3.715		(3.715)	-
- F A T E S					(1.858)	(1.858)
Saldo em 31/12/2017	208.530	(402)	19.433	-	77.479	305.040
Destinação de Sobras Exercício Anterior						-
Constituição de Reservas				48.200	(48.200)	-
Ao Capital	24.127				(24.127)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(151)	(151)
FATES					(5.000)	(5.000)
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	20.429	(274)				20.155
Por Devolução (-)	(5.495)					(5.495)
Estorno Capital Subscrito	()					()
Reversões de Reservas				(48.200)	48.200	-
Sobras ou Perdas Líquidas					57.176	57.176
Provisão do Juros ao Capital					(14.651)	(14.651)
Subscrição dos Juros ao Capital	14.536				14.536	(163)
IRRF sobre juros ao capital	(163)					(1.256)
FATES - Atos Não Cooperativos						(1.256)
Destinação das Sobras ou Perdas:						-
- Fundo de Reserva			4.127		(4.127)	-
- F A T E S					(2.063)	(2.063)
Saldo em 31/12/2018	261.963	(676)	23.560	-	83.278	368.126
Saldo em 30/06/2018	239.687	(559)	19.433	-	86.048	344.609
Destinação de Sobras Exercício Anterior						-
Constituição de Reservas				48.200	(48.200)	-
FATES					(5.000)	(5.000)
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	10.626	(117)				10.509
Por Devolução (-)	(2.722)					(2.722)
Estorno Capital Subscrito						-
Reversões de Reservas				(48.200)	48.200	-
Sobras ou Perdas Líquidas					24.328	24.328
Provisão de Juros ao Capital						-
Subscrição dos Juros ao Capital	14.536				(14.651)	(116)
IRRF sobre Juros ao Capital	(163)					(163)
FATES - Atos Não Cooperativos					(1.256)	(1.256)
Destinação das Sobras ou Perdas:						-
- Fundo de Reserva			4.127		(4.127)	-
- F A T E S					(2.063)	(2.063)
Saldo em 31/12/2018	261.963	(676)	23.560	-	83.278	368.126

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS LTDA., é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/08/1992, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICOM possui 34 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Ipatinga, Itaboraí, João Monlevade, Juiz de Fora, Mariana, Montes Claros, Nova Lima, Ouro Preto, São João Del Rei, Timóteo, Uberlândia e São Paulo – SP.

O SICOOB CREDICOM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I - Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a sua produção e a sua produtividade;
- II - A formação educacional de seus associados, visando estimular o cooperativismo, com a difusão de informações técnicas que auxiliem no aprimoramento de sua produção e da sua qualidade de vida, pela prática da ajuda mútua, da economia sistêmica e do uso adequado do crédito;
- III - A prática, em conformidade com os normativos vigentes, das seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo - com ou sem emissão de certificado - e fundos de investimento, visando a preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos, obter empréstimos ou repasses de instituições financeiras nacionais

- ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;
- IV - Conceder créditos e prestar garantias, somente a cooperados;
- V - Contratar serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pelo SICOOB CREDICOM aos cooperados;
- VI - Prestar os seguintes serviços, além de outros, visando ao atendimento aos cooperados e aos não cooperados:
- a) Cobrança, custódia e recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, entidades públicas ou privadas;
 - b) Correspondente no país, nos termos da regulamentação em vigor;
 - c) Aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por esta última, inclusive os relativos a operações de câmbio;
 - d) As instituições financeiras, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante, destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento sujeitos à legislação ou regulamentação específica, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos e;
 - e) Distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas, observada, inclusive, a regulamentação aplicável editada pela CVM.
- VII - Participar do capital social de outras cooperativas, instituições financeiras e entidades, conforme legislação vigente.
- VIII- Realizar, conforme legislação vigente, qualquer outra operação que seja do interesse do SICOOB CREDICOM e de seus cooperados.
- Parágrafo Único - Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria do SICOOB CREDICOM após análise detalhada do Conselho de Administração por ocasião da reunião ordinária de 28/01/2019 e através da lavratura da Carta de Autorização assinada em 21/03/2019.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.



Continuação...

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de alto cooperativo e da receita bruta de alto não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD		A.D / Cheque Especial / Conta Garantida		Financiamentos		Total em 31/12/2018		Provisões 31/12/2018		Total em 31/12/2017		Provisões 31/12/2017	
AA		Normal	304		230		0,00		534				413		
A	0,5%	Normal	298.878		6.318		27.272		332.468	(1.662)		274.482		(1.373)	
B	1%	Normal	217.354		8.512		18.145		244.011	(2.440)		167.193		(1.672)	
B	1%	Vencidas	45		20		60		125	(1)		262		(3)	
C	3%	Normal	320.125		13.817		11.885		345.827	(10.376)		248.040		(7.441)	
C	3%	Vencidas	495		202		226		923	(28)		843		(25)	
D	10%	Normal	23.481		3.675		3.517		30.673	(3.067)		62.764		(6.276)	
D	10%	Vencidas	2.924		207		22		3.153	(315)		494		(49)	
E	30%	Normal	6.556		681		485		7.722	(2.316)		5.594		(1.678)	
E	30%	Vencidas	5.123		244		229		5.596	(1.679)		495		(148)	
F	50%	Normal	2.512		1.009		38		3.559	(1.780)		1.888		(944)	
F	50%	Vencidas	978		119		129		1.226	(612)		539		(270)	
G	70%	Normal	292		75		0,00		367	(256)		1.423		(996)	
G	70%	Vencidas	669		92		78		839	(587)		930		(651)	
H	100%	Normal	3.685		85		76		3.846	(3.848)		1.535		(1.535)	
H	100%	Vencidas	6.296		1.171		113		7.579	(7.578)		1.870		(1.870)	
Total Normal			873.189		34.402		61.418		969.009	(25.745)		763.332		(21.915)	
Total Vencidos			16.528		2.055		857		19.440	(10.800)		5.433		(3.016)	
Total Geral			889.717		36.457		62.275		988.449	(36.545)		768.765		(24.931)	
Provisões			(31.829)		(3.140)		(1.576)		(36.545)			(24.931)			
Total Líquido			857.888		33.317		60.699		951.903			743.834			

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	68.587	201.419	614.038	884.044
Financiamentos	7.074	18.596	36.605	62.275
Títulos Descontados	4.821	849	3	5.673
Conta Corrente: Cheque Especial / Conta Garantida / Adiantam a Depositante	36.457	-	-	36.457
TOTAL	116.939	220.864	650.646	988.449

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, tipo de cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimos / Financiamentos	Títulos Descontados	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	25	48.362	682	49.068	5%
Setor Privado - Indústria	176	13.654	226	14.055	1%
Setor Privado - Serviços	22.941	614.010	2.148	639.099	65%
Pessoa Física	13.314	218.032	2.617	233.963	24%
Outros	1	52.262	-	52.262	5%
TOTAL	36.457	946.319	5.673	988.449	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	24.931	14.093
Constituições/Reversões	15.598	13.918
Transferência para prejuízo	(3.984)	(3.080)
TOTAL	36.545	24.931

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	36.423	4%	31.367	4%
10 Maiores Devedores	257.260	26%	231.815	30%
50 Maiores Devedores	585.307	59%	469.386	61%

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	16.540	14.210
Valor das operações transferidas no período	3.984	3.080
Valor das operações recuperadas no período	(909)	(750)
TOTAL	19.615	16.540

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a depositantes	277	270
Empréstimos e Títulos Descontados	129.648	117.335
Financiamentos	8.992	10.034
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.263	1.280
Avais e Fianças Honrados	-	5
TOTAL	140.180	128.924

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados (a)	673	510
Rendas a Receber (b)	8.594	8.193
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	12.629	12.136
Títulos e Créditos a Receber (d)	465	556
Devedores Diversos (e)	64	103
Diversos (f)	6.311	1.450
(-) Provisões para Outros Créditos(g)	(494)	(406)
TOTAL	28.241	22.542

(a) Avais e Fianças Honrados representa os créditos honrados pela cooperativa decorrentes de operações inadimplentes com cartão de crédito de seus cooperados.

SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no Circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (Não circulante).

q) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	8.744	7.759
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	1.528.111	1.373.199
Total	1.536.855	1.380.958

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros (a)	1.047	493
Total	1.047	493

(a) Refere-se à aplicação financeira junto ao BANCOOB para suportar uma Carta de Fiança emitida em nome do SICOOB CREDICOM para contratação de aluguel do imóvel em São Paulo (PA Paulista).

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	1.528.111	1.373.199
Total	1.528.111	1.373.199

Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/15.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	342		342	567
Empréstimos	306.121	614.038	920.159	711.225
Títulos Descontados	5.669	3	5.672	4.829
Financiamentos	25.670	36.605	62.275	52.145
(-) Provisões para Operações de Crédito	(17.068)	(19.477)	(36.545)	(24.931)
TOTAL	320.734	631.169	951.903	743.834

Descrição	Sicoob Central Cecemge	Bancoob	Outros Investimentos (Unimed Participações e Fencem)	Total
Saldos em 31/12/2016	15.620	5.874	851	22.345
Investimentos	3.613	992	81	4.686
Saldos em 31/12/2017	19.233	6.866	932	27.031
Investimentos	8.221	839	233	9.293
Saldos em 31/12/2018	27.454	7.705	1.165	36.324

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos	-	407	407
Edificações	4%	2.420	2.420
Instalações	10% a 50%	4.858	4.064
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.599	3.079
Sistema de Processamento de Dados	20%	5.069	4.944
Sistema de Segurança	10%	842	640
(-) Depreciação Acumulada	-	(8.963)	(8.239)
TOTAL		8.232	7.315

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	4.155	3.767
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(3.581)	(3.288)
TOTAL	574	479

O valor registrado na rubrica "Outros Ativos Intangíveis", refere-se a 35 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquiridas entre agosto de 2009 e abril de 2013, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central Cecemge cedeu exclusivamente às suas filiais (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR. Registra-se que as taxas de amortização das licenças foram cadastradas no percentual de 10% e 16,22%, em função de sua data de aquisição (30 licenças em Agosto/2009 e 05 licenças em Abril/2013), considerando que o direito de uso das licenças findar-se-á em 31/05/2019.

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de Depósitos à Vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados Depósitos a Prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas no prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora, quando houver.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à Vista	331.069	290.288
Depósitos Sob Aviso	33.395	35.336
Depósitos a Prazo	1.747.204	1.502.476
TOTAL	2.111.668	1.828.100

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por um Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	35.700	2%	33.124	2%
10 Maiores Depositantes	179.659	9%	156.596	9%
50 Maiores Depositantes	398.037	19%	359.317	20%



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

Continuação...

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	2.073	2.073	2.027	2.027
COFINS (a)	9.762	9.762	9.547	9.547
Outros Passivos (b)	320	320	308	308
IRPJ e CSLL	82	82	80	80
Trabalhistas	461	36	466	28
PIS Folha	356	356	146	146
Cíveis	-	-	7	-
Total	13.054	12.629	12.581	12.136

a) Do montante acima de R\$ 13.054 mil aproximadamente 91% (R\$ 11.835 mil) equivale à provisão para PIS e COFINS, decorrente de ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes dos atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme já detalhado anteriormente, inclusive com contrapartida de depósitos em juízo, contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia, conforme citado na Nota nº 8 item c.

b) O valor citado em "Outros Passivos" (R\$ 320 mil) refere-se ao provisionamento de um processo judicial junto à Receita Federal (R\$ 41 mil), um processo junto ao INSS (R\$ 158 mil) e uma PERDCOMP junto à Receita Federal (R\$ 121 mil) sendo os dois últimos oriundos da incorporada Uniced BH.

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

Descrição	PIS / COFINS	Trabalhistas	IRPJ e CSLL	Outros Passivos	Cíveis	PIS Folha	Total
Saldo em 31/12/2016	11.176	449	76	290	-	-	11.991
Provisões feitas durante o exercício	398	528	4	18	7	146	1.101
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(511)	-	-	-	-	(511)
Saldo em 31/12/2017	11.574	466	80	308	7	146	12.581
Provisões feitas durante o exercício	261	489	2	12	-	210	974
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(494)	-	-	(7)	-	(501)
Saldo em 31/12/2018	11.835	461	82	320	-	356	13.054

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICOM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado, pertencente integralmente aos cooperados, está representado, em 31/12/2018, por 69.676.643 cotas de R\$ 3,75 cada uma, totalizando R\$ 261.287 mil (em 31/12/2017, por 55.500.858 cotas de R\$ 3,75 cada uma, totalizando R\$ 208.128 mil). De acordo com o Estatuto Social do SICOOB CREDICOM, cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	261.287	208.128
Número de Associados	52.308	47.946

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. O saldo da Reserva Legal em 31/12/2018 é de R\$ 23.560 mil.

c) Reserva para Expansão

A constituição do Fundo de Reserva para Expansão tem a finalidade de prover a readequação de infraestrutura de PAs; investimentos em tecnologia da informação; adequação mobiliária; obras de ampliação e melhoria da Sede e PAs decorrentes ou não de processos de incorporação (complemento na nota 18. f).

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	42.524	38.587
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.256)	(1.436)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	41.268	37.152
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(4.127)	(3.715)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.063)	(1.857)
Sobras Apuradas	35.078	31.579
(+) Reversão de Reserva de Expansão	48.200	45.900
Sobra à disposição da Assembleia Geral	83.278	77.479

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como Exigibilidade, e utilizado para pagamento de despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

f) Destinação do Resultado

As sobras líquidas de cada exercício, após a constituição do Fundo de Reserva e do FATES, ficam submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Em 26 de abril de 2018 a Assembleia deliberou a distribuição das sobras (exercício 2017) em Conta Capital no valor de R\$ 24.279 mil, ao FATES o valor de R\$ 5.000 mil e a constituição da Reserva de Expansão no valor de R\$ 48.200 mil, totalizando R\$ 77.479 mil.

A reversão da Reserva de Expansão no valor de R\$ 48.200 mil foi contabilizada em 28 de dezembro de 2018, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018, passando a integrar as sobras do exercício de 2018 (R\$ 83.278 mil), as quais serão deliberadas na próxima Assembleia.

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	4.700	3.833
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.343)	(1.084)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.114)	(1.320)
Resultado operacional de atos não cooperativos	1.243	1.429
Resultado não operacional	13	7
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.256	1.436
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.256	1.436

20. Remuneração do Capital Social

A Cooperativa promoveu o pagamento da remuneração do capital social, visando remunerar o capital do seu associado. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. O pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. O SICOOB CREDICOM promoveu o crédito da remuneração do capital social relativo ao exercício 2018 no dia 31/12/2018 (R\$ 14.651 mil), conforme deliberação do Conselho de Administração.

Descrição	31/12/2018
Remuneração do Capital Social - Associados	14.535
IRRF sobre a Remuneração do Capital	(163)
Remuneração do Capital Social - Associados Desligados	116
IRRF sobre a Remuneração do Capital - Associados Desligados	(-)
Valor líquido distribuído como Remuneração do Capital Social	14.488

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde de Minas Gerais Ltda.
Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde de Minas Gerais Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICOM em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	117	383
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas (b)	246	175
Outras Rendas Operacionais (c)	8.965	7.935
TOTAL	9.328	8.493

a) Refere-se à reversão de provisões trabalhistas no valor de R\$ 54 mil e Outras Recuperações de Encargos e Despesas no total de R\$ 63 mil.

b) Reversão de Provisões para Garantias Prestadas - Coobrigações, durante o exercício 2018:

c) Atualização dos Depósitos Judiciais - com base no índice Selic - R\$ 291 mil (conforme nota 8.c); Multa e Juros Cartão de Crédito e Receitas SIPAG no montante de R\$ 6.550 mil; Dividendos recebidos do Bancoob R\$ 839 mil; Distribuição de Sobras da Central Cerecme R\$ 590 mil; Reversão da Meta Bonificada (provisionado em 2017) R\$ 654 mil e Outras Receitas Operacionais R\$ 41 mil.

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Provisões para Garantias Prestadas	768	1.209
Descontos Concedidos em Renegociações	1	98
Outras Despesas Operacionais (a)	5.005	2.586
TOTAL	5.774	3.893

a) Atualização da Provisão dos Passivos Fiscais - com base no índice Selic - R\$ 291 mil (conforme nota 16.3.i); Contribuições ao Fundo de Tecnologia instituído pelo Sicoob (R\$ 595 mil); Descontos concedidos pela liquidação antecipada de operações de crédito de nossos cooperados - R\$ 353 mil; Cancelamento de Tarifas diversas dos cooperados pendentes de liquidação no SISBR, decorrido o prazo de 06 meses - R\$ 880 mil; Provisão para Passivos Trabalhistas no valor de R\$ 489 mil; Ressarcimentos de Perdas e Contribuições ao Fundo para cobertura de Fraudes Externas/Internas - R\$ 17 mil; Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob - R\$ 411 mil; Isenção de Juros Cheque Especial Plus e Conta Garantida Plus no valor de R\$ 1.953 mil; Outras Despesas Operacionais e acertos de compensação R\$ 16 mil.

23. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-
Outras Receitas Não Operacionais	43	27
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(20)
Outras Despesas Não Operacionais	(30)	-
Resultado Não operacional	13	7

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Operações de Crédito - Com vínculo de Grupo Econômico	2.730	0,28%	14
Operações de Crédito - Sem vínculo de Grupo Econômico	2.245	0,23%	2
TOTAL	4.975	0,51%	16
Montante das Operações Passivas	51.217	2,83%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10	1	0,08%
Conta Garantida	13	0	0,06%
Empréstimos	1.786	12	0,22%
Financiamentos	242	2	0,39%
Títulos Descontados	5	0	0,08%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	4.854	1,47%	0%
Depósitos a Prazo	53.055	2,93%	0,49%

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,3%	2,3%
Empréstimos	1,62%	1,62%
Financiamentos	0,92%	0,92%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,58%	96,58%

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	4.465

d) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (Em Milhares de Reais)	
Honorários - Conselho Fiscal	496
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	1.605
Encargos Sociais	420

25. Cooperativa Central

O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDICOM, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado à CCE CRED EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREME, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREME, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREME a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICOM responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREME perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREME:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante - Relações interfinanceiras - Centralização Financeira (vide nota 6)	1.528.111	1.373.199
Ativo Permanente - Investimentos (vide nota 10)	27.454	19.233

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREME, em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 25 de março de 2019, com opinião sem ressalvas.

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde de Minas Gerais Ltda., reunidos ordinariamente para analisar o Balanço Geral e Demonstrações das Sobras Acumuladas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, e para emitir o seu parecer sobre estas demonstrações, declaram, para os devidos fins legais e estatutários, que examinaram, conferiram as contas, inspecionaram os

documentos atinentes, constatando estar tudo devidamente correto e em ordem. Assim, e considerando também o parecer sem ressalvas emitido pela Auditoria da CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, referente ao exercício de 2018, se pronunciam de forma unânime, favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício do ano de 2018.

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiros, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).